DIREITO MARÍTIMO

3.º Ano – TB (2.º semestre 2021/2022)

Exame: 15 de Junho de 2022; Duração: 2h

[TÓPICOS DE CORRECÇÃO]

I

1. *Sister ships* e regime no DL 203/98. O relatório de mar e os seus efeitos probatórios (DL 384/99). Legitimidade e titularidade do direito por parte dos salvadores (sua identificação; articulação CL 89 e DL 203/98). A identificação dos devedores do salário da salvação (DL 203/98).
2. A falta náutica (4.º/2 da CB 24). A responsabilidade do piloto, incl. nas relações externas (problematização e posição da regência). Responsabilidade parciária na abalroação (CCom; também CB 10) e possibilidade de invocação da limitação de responsabilidade (LLMC; articulação LLMC e CB 57).
3. Sub-rogação do segurador. A tratar-se de transporte em linha regular, obrigação de carregar e estivar era a cargo do transportador (artigo 2.º da CB 24). Invalidez da cláusula FIO (3.º/8 da CB 24), salvo se com efeitos meramente «económicos». Vinculação *del credere* legal do transitário (DL 255/99). Prazo curto de exercício de direitos (10 meses). Possibilidade de limitação de responsabilidade, nos mesmos termos que transportador.

II

1. A afirmação não é exacta e deve distinguir-se entre aplicação «directa» (marinha mercante) e analógica. A (ponderação da) inclusão dos navios de marinha de pesca, por identidade de razão. A exclusão dos navios de recreio (DL 93/2018). A exclusão dos navios de guerra (CB 10).
2. A afirmação é verdadeira. Distinção entre salário de salvação e compensação especial; regra do resultado útil. Os factores para cálculo do salário de salvação. Diferenças pontuais entre CL 89 e DL 203/98.